



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

018

PROCESSO Nº 0201817-3

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

PACIENTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. COMPLEXIDADE DO FEITO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. O alegado excesso de prazo resta plenamente justificado pela complexidade do feito, que se revela pelo número de acusados e, ainda, consideradas as peculiaridades do processo, de forma a afastar, por ora, o alegado constrangimento ilegal.
2. Ordem denegada. Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 201817-3 onde figura como paciente José Carlos Gomes da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal

deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar**  
a ordem de *habeas corpus* pleiteada, nos termos do voto do Relator.



Recife, 22 de dezembro de 2009.

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0201817-3

020

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

PACIENTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

**RELATÓRIO**

JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA impetrou o presente *habeas corpus* com pedido de liminar em favor de si próprio, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira.

O impetrante, ora paciente, alega que se encontra segregado desde o dia 16/01/2008, sob a acusação de ter praticado o crime de homicídio.

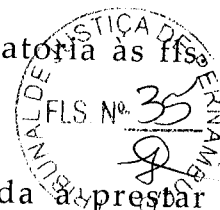
Argumenta que, até a presente impetração e transcorridos 01 (um) ano e 08 (oito) meses, sequer houve o interrogatório, restando configurado o constrangimento ilegal.

Requer, assim, a liminar da ordem, a fim de conceder a almejada liberdade, determinando-se a expedição do competente alvará de soltura.

Requer, assim, a concessão da ordem de *habeas corpus* impetrada, expedindo-se o competente alvará de soltura.

14/15.

O pleito liminar restou indeferido por esta Relatoria às fls.



A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 22.

021

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem, firmando o entendimento segundo o qual inexistente constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ* às fls. 26/28.

### RELATÓRIO.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0201817-3

022

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

PACIENTE: JOSÉ CARLOS GOMES DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

**VOTO**

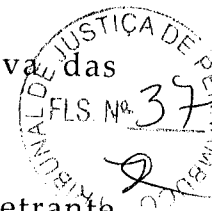
Consoante relatado, alega, em síntese, que está sendo submetido a constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo para o término da instrução criminal.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo processante, o paciente, juntamente com um co-réu, que vem a ser o irmão do referido paciente, foi denunciado em 25/01/2008 pelo homicídio de Antônio José de Filho.

Depreende-se de consulta realizada no sítio eletrônico do TJPE que o paciente e o outro denunciado foram devidamente interrogados, bem como foi inquirida uma das testemunhas arroladas pelo *parquet*. Com efeito, foi expedida carta precatória para citação, interrogatório e intimação para defesa prévia do paciente, o que foi regularmente cumprido.

A autoridade impetrada frisou, em seus esclarecimentos, que o processo encontra-se no aguardo da devolução da carta

precatória expedida para a Comarca de Caruaru para a oitiva das demais testemunhas arroladas pelo Ministério Público.



Diante de tais, verifico que as alegações do impetrante não merecem guarida.

023

De fato, o alegado constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo não pode ser confirmado. Verifica-se que o Juízo vem agindo com presteza na condução do feito, não podendo atribuir ao mesmo ou ao *parquet* eventual mora na tramitação do feito. E, como visto, a instrução criminal está prestes a ser concluída.

Não se pode olvidar, outrossim, que o processo criminal que tramita em desfavor do paciente se reveste de complexidade ante a existência de pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias para Comarca diversa, além de expedientes outros que demandam relativo tempo para serem cumpridos.

Vê-se, portanto, das informações trazidas a lume pelo Exmo. Juiz, que o relativo excesso de prazo resta plenamente justificado, inexistindo, pois, constrangimento ilegal.

Por oportuno, veja-se os seguintes Precedentes sobre o assunto:

*TACRSP: "O prazo legal para a conclusão de processo de réu preso não pode ser resultado da simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na lei, mas deve se adequar à complexidade da causa" (RJDTACRIM 31/329).*

*STJ: "Ainda que a lei processual estabeleça prazos mínimos para o encerramento da formação da culpa na hipótese de ação penal em que são denunciados réus sob custódia preventiva, a ultrapassagem desse prazo não constitui constrangimento ilegal, nos casos em que o processo, pelas suas peculiaridades, revela acentuada complexidade, seja pela pluralidade de réus, seja em face da colheita de provas" (RT 764/504).*

Em função do exposto, em consonância com o entendimento da Exma. Procuradora de Justiça, não vislumbrando qualquer ilegalidade a ser sanada, **voto pela denegação da ordem de habeas corpus requerida.**

**É COMO VOTO.**

024

Recife, 22 de dezembro de 2009.

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
RELATOR

